



ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA
DATA: 29 de abril de 2009

1 Às nove horas do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e nove, no Auditório
2 do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-
3 DF, foi realizada a X Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança
4 Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da
5 República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu
6 Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e
7 regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de
8 presença encontra-se anexa. Dia 29: 1. Das 9:00 às 9:15 - Abertura, Aprovação
9 da Ata da IX Plenária e da Pauta da X Plenária; 2. Das 9:15 às 09:30 - Informes
10 Gerais; 3. Das 09:30 às 10:00 - Informes sobre a campanha para a aprovação da
11 Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o direito humano à alimentação
12 adequada e saudável no artigo 6º da Constituição Federal – participação do
13 Ministro Patrus Ananias (a confirmar) e do Senador Antônio Carlos Valadares (a
14 confirmar); 4. Das 10:00 às 12:30 - Apresentação e discussão da Agenda e
15 Conteúdo da III CNSAN+2; Das 12:30 às 14:00 - Intervalo para o Almoço; 5. Das
16 14:00 às 15:15 – Apresentação das Comissões Permanentes; 6. Das 15:15 às
17 18:00 – Apresentação e discussão do Plano Safra da Agricultura Familiar
18 2009/2010 e do Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Socio-biodiversidade.
19 6.1 Apresentação do Plano Nacional da C.P. da Sócio-biodiversidade – Ministério
20 do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e CONAB. 6.2
21 Apresentação do Plano Safra - Ministro do Desenvolvimento Agrário – Guilherme
22 Cassel. 6.3 Apresentação da Comissão Permanente 3 do Consea – (a confirmar).
23 6.4 Debates e Encaminhamentos; 7 – 18:00 – Encerramento. 1. Das 9:00 às 9:15 -
24 Abertura, Aprovação da Ata da VIII Plenária e da Pauta da IX Plenária: A Plenária
25 teve início com o Presidente do CONSEA, Renato Maluf, dando boas-vindas aos
26 presentes e convidando para compor a Mesa a Secretária Arlete Sampaio,
27 representando o Ministro Patrus Ananias, o Senador Antônio Carlos Valadares,
28 autor da Emenda Constitucional relativa ao Direito Humano a Alimentação e a Sr.^a
29 Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora da Secretaria do Consea. Registra, ainda,
30 a presença do Sr. Carlos Basco, representante do IICA no Brasil e do Dr. José
31 Tubino da FAO, Observador Permanente do Conselho. A Ata da IX Plenária e a
32 pauta desta reunião foram aprovadas por unanimidade. Das 9:15 às 09:30 -
33 Informes Gerais: Item postergado. Das 09:30 às 10:00 - Informes sobre a
34 campanha para a aprovação da Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui
35 o direito humano à alimentação adequada e saudável no artigo 6º da Constituição
36 Federal: A palavra foi dada ao Senador Antônio Carlos Valadares para que
37 fizesse uma exposição sobre a sua iniciativa e sobre como ele está vendo a
38 possibilidade da aprovação da Emenda Constitucional (PEC 47/2003). O Senador



39 inicia sua exposição cumprimentando a todos e felicitando ao Consea e a todos
40 do Governo, em especial o Ministro Patrus Ananias, pela campanha, que ele
41 considera de fundamental importância. Em seguida fez um breve histórico sobre
42 os trâmites do processo da PEC, que foi apresentada em 2001 e aprovada em
43 2003 no Senado Federal por unanimidade, para a Câmara dos Deputados em
44 2005 e aprovada na Comissão de Justiça também por unanimidade. Explicou que
45 sua iniciativa se deu após observar que havia um lapso, um vazio a ser
46 preenchido no art. 6º da Carta Magna que realmente omitia como direito
47 fundamental, dentre outros ali assegurados, o direito a alimentação. Enfatizou a
48 importância da campanha de aprovação da Emenda promovida pelo Consea,
49 especialmente nesse momento em que o País vive uma crise internacional, cujos
50 impactos não são ainda previsíveis. Explicita que em contato com lideranças da
51 Câmara dos Deputados foi informado que foi instituída a Comissão Especial que
52 vai tratar da aprovação da PEC 47, e que esse seria somente um passo para que
53 a matéria seja votada na Câmara dos Deputados e que para tanto estará
54 promovendo audiências com o Presidente Michel Temer como tentativa de
55 sensibilizá-lo sobre a importância da matéria. Expõe ainda ter ciência de que a
56 inclusão da palavra “alimentação” na Constituição não resolverá o problema da
57 fome no Brasil, mas obrigará os Governos a se preocuparem com a criação de
58 políticas públicas que possam gerar empregos, renda e a sustentabilidade da
59 população mais pobre em todas as regiões do País. E com a obrigatoriedade de
60 se considerar a alimentação um direito do cidadão, todas as políticas
61 governamentais voltadas para alimentação serão consideradas não política de
62 Governo, mas política de Estado. Comentou ainda sobre o seu engajamento em
63 outros projetos, tais como; agricultura orgânica e proibição de produtos com
64 gorduras trans, com excesso de carboidratos ou de sal nas cantinas das escolas.
65 Finaliza sua exposição dizendo que sua palavra nesse instante seria de incentivo,
66 de estímulo e de felicitação ao CONSEA e a todos aqueles que se integram a luta
67 pela aprovação da PEC nº. 47/2003, pondo-se a inteira disposição no Senado
68 Federal. Foi dada a palavra a Secretária Arlete Sampaio que falou da sua
69 satisfação em participar das reuniões do Consea, em função do exímio trabalho
70 realizado pelos membros. Em seguida passou a três informes: i) No mês de
71 março o Ministro Patrus Ananias dispensou duas semanas de sua Agenda para
72 visitar lideranças e Presidentes de Comissões no Congresso Nacional para falar
73 de projetos de interesse do MDS, dentre eles a PEC 47/2003 para o qual pediu
74 que fosse envidado todo empenho possível no sentido de impulsionar e agilizar
75 sua votação. ii) Foi constituído no Ministério uma Comissão de Trabalho para
76 retomar a idéia de realizar no Brasil o Seminário Internacional sobre Segurança
77 Alimentar e Nutricional: Direito Humano a Alimentação Adequada, que em breve
78 poderá ser apresentada uma proposta ao Consea. iii) O Ministério está
79 empenhado e em contato com a Casa Civil da Presidência da República para
80 rever o Decreto que regulamenta a Câmara Interministerial de Segurança
81 Alimentar e Nutricional. A idéia é estar apresentando a nova composição da



82 CAISAN na III Conferência +2. O Presidente Renato Maluf retoma a palavra para
83 fazer alguns informes sobre a mobilização feita pelo Consea para aprovação da
84 PEC 47/2003: i) Foi Criado um GT de mobilização da campanha bem numeroso,
85 de alta qualidade e muito participativo. ii) O Grupo se reuniu duas vezes e se
86 organizou na forma de três frentes: de comunicação, de atuação no Congresso e
87 de mobilização. iii) O Grupo já criou algumas iniciativas; a) iniciativa sistemática
88 na direção de levantamento de recursos para apoiar a mobilização, b) foram
89 enviadas cartas para vários potenciais patrocinadores dessa mobilização, c) O
90 MDS se ofereceu para fazer a logomarca da campanha, d) Já foi criado o site da
91 campanha, e) O Consea participará de uma Audiência Pública, na pessoa do Sr.
92 Edécio Vigna, que tratará da PEC 47/2003, e) A frente da mobilização no
93 Congresso já fez uma visita, onde já conseguiu muitos contatos, entre eles, uma
94 possível audiência com o Presidente Michel Temer, f) Existe uma estratégia
95 sendo construída conjuntamente com a Frente Parlamentar pela Segurança
96 Alimentar, que é coordenada pelo Deputado Nazareno, g) O Consea está
97 tentando uma audiência como Presidente da República para informá-lo da
98 mobilização e pedir que faça uma manifestação a respeito. H) Será feito um
99 encontro com o Ministro da Comunicação, Franklin Martins, para tratar de colocar
100 o tema na Agenda da comunicação do Governo, i) Lançamento do Filme
101 “Garapa”, em Brasília no dia 26 de maio, onde a idéia é que o lançamento do
102 filme seja um momento importante difusão da campanha. A palavra foi dada
103 novamente ao Senador Antonio Carlos Valadares que fez questão de salientar o
104 trabalho e o esforço envidado pelo Deputado Nazareno nessa questão, bem como
105 o gesto nobre e magnânimo que o mesmo teve ao retirar sua proposta, que se
106 continuasse acoplada a PEC 47/2003, retardaria em muito a sua aprovação,
107 possibilitando assim a celeridade do processo, uma vez que após sua aprovação
108 sem nenhuma emenda, sem nenhuma alteração, permanecendo o texto original
109 aprovado pelo Senado Federal com o mesmo conteúdo, poderá ser promulgada
110 imediatamente pelo Congresso Nacional sem a necessidade de voltar para o
111 Senado. Informa ainda que tentará falar com o Presidente Michel Temer na
112 tentativa de agilização da audiência desejada pelo Consea. Em seguida se retirou
113 da Sessão, em função dos seus compromissos no Senado Federal. O Sr. Edécio
114 Vigna relata que um grupo de membros esteve no Congresso Nacional no dia
115 anterior no Gabinete do Deputado Nazareno, presidente da Frente Parlamentar
116 pela Segurança Alimentar, onde teriam definido e já listado quais seriam os
117 parlamentares membros da Comissão Especial e que o desafio agora seria entrar
118 em contato e mobilizar os mesmos a participarem da Comissão. Sugere que
119 enviem cartas aos mesmos, tanto uma do Consea, como individuais na tentativa
120 da sensibilização para suas participações. Enfatiza ainda terem percebido que a
121 PEC 47/2003 não tem aresta nenhuma em nenhum dos partidos políticos da
122 Câmara dos Deputados, o que tranqüiliza bastante essa tramitação e dá chance
123 até mesmo para que a aprovação aconteça na meta que estavam pensando; até
124 outubro. O Presidente Renato Maluf informa que a idéia é que todos se sintam



125 inteiramente mobilizados e estimulados a usarem o panfleto sobre a PEC 47/2003
126 e difundi-lo por aí por ser bem sintético, fácil e ágil. A Sr.^a Elza Maria Franco
127 Braga informa que o Consea Ceará estará realizando uma audiência pública na
128 Assembléia Legislativa em maio em que convidará todos os Deputados Federais
129 e Senadores, na qual as pessoas vão assinar o abaixo-assinado ou os cartões, se
130 chegarem a tempo, numa tentativa de mobilização da sociedade em geral. A Sr.^a
131 Sílvia do Amaral Rigon informa também que o CONSEA Paraná estará realizando
132 um Encontro Estadual no dia 18 e 19 de maio, que entre outras questões, estará
133 também fazendo o lançamento de uma Campanha Estadual em favor da PEC.
134 Disse que espera já estar com os materiais para poder divulgar para as
135 Comissões Regionais e para os Municípios que também estarão reunidos em um
136 evento paralelo de mobilização municipal pela segurança alimentar no Paraná. A
137 Sr.^a Dulce Terezinha Oliveira da Cunha informa que no CONSEA Goiás o
138 processo de mobilização sobre a PEC foi desencadeado na 2^a Oficina da
139 Comissão de Capacitação da Comissão Permanente do Direito Humano a
140 Alimentação Adequada, que sugeriu a elaboração de uma carta a ser entregue
141 aos parlamentares de Goiânia para sensibilização da PEC 47. Essa carta deverá
142 ser entregue aos parlamentares na semana seguinte. Houve também uma
143 sugestão da Faculdade de Nutrição - UFG, da realização em suas dependências
144 de um Seminário: "Alimentação, um Direito Fundamental, Proposta da Emenda
145 Constitucional 47/2003", que se realizará em 19 de junho de 2009. Informa ainda
146 que os Conselheiros, tanto do CONSEA Municipal de Goiânia, como do CONSEA
147 Estadual de Goiás estão envidando esforços para distribuição do material da
148 campanha. O Presidente Renato Maluf ressalta a importância de colocar os
149 informes dados no site da campanha. O Sr. Francisco Antônio da Fonseca
150 Menezes informa que fez contato com um antigo Conselheiro do CONSEA, o Sr.
151 Marcos Winter, visando a publicização da Campanha por meio de artistas e o
152 retorno do Sr. Marcos Winter, que faz parte da ONG Humanos Direitos, foi a
153 disponibilização dos artistas que compõem a ONG a produzirem vinhetas para
154 serem colocadas na televisão divulgando a Campanha. Pede ao Presidente
155 Renato Maluf que entre em contato com o Sr. Marcos Winter para concretizar a
156 produção dessas vinhetas. A Sr.^a Laura informa sobre o site da campanha
157 ressaltando a importância das Instituições participarem colocando o banner do
158 abaixo-assinado como link e suas páginas. Fala da necessidade de obterem
159 patrocínios e da agilização para obtenção da logomarca da Campanha. O Sr.
160 Renato Maluf informa que enviou uma comunicação a todos os Ministérios do
161 Governo falando da Campanha e mobilizando para que todos participem. A Sr.^a
162 Célia Varela Bezerra informa que a FIAN Brasil realizou em Teresina e em
163 Palmas, Tocantins a divulgação e o lançamento local da Campanha. A Sr.^a Laura
164 fez a apresentação da página da Campanha informando que ela se encontra em
165 construção e são aceitas novas sugestões. O Presidente Renato Maluf
166 parabeniza pela criação do site. A Secretária Arlete Sampaio se retira da reunião,
167 em função de sua Agenda. O Presidente Renato Maluf passa aos Informes Gerais



168 – i) Se inscreveram seis pessoas para participar da constituição de um painel de
169 alto nível de especialistas em segurança alimentar e nutricional, promovido pela
170 FAO. A saber: Francisco Menezes, Elisabeta Resine, Pedro Kitoko, Sívio Porto,
171 Renato Maluf e Daniela Frozi. ii) O Presidente Renato Maluf participou de um
172 Seminário em Santiago, do Escritório Regional da FAO na América Latina, e teve
173 uma reunião de trabalho com o Ex-Ministro Graziano e sua equipe para tratar de
174 suas agendas comuns. a) A FAO manifestou-se disposta a patrocinar o estudo
175 para atualizar o relatório sobre Direito Humano e Alimentação. A idéia é prepará-
176 lo para estar pronto até outubro para a Semana Mundial de Alimentação. b) O
177 Seminário de Exigibilidade do Direito Humano teve sua data modificada, em
178 atendimento a uma demanda da FAO; ocorrerá nos dias 13, 14 e 15 de outubro
179 em Brasília, em função do lançamento da Frente Parlamentar da Segurança
180 Alimentar do Mercosul, que ocorrerá no Memorial da América Latina em São
181 Paulo nos dias 15, 16 e 17 de outubro. iii) A Medida Provisória do PNAE foi
182 votada na Câmara dos Deputados com a relatoria do Deputado Abir Kalil. A MP
183 foi aprovada na Câmara, tendo ido agora ao Senado Federal. Um grupo de
184 membros do Consea já está se mobilizando para participar mais ativamente das
185 tramitações, conforme foi feito na Câmara dos Deputados e, para tanto, fizeram a
186 sua primeira visita ao Congresso no dia anterior a reunião, onde conversaram
187 com a Senadora Ideli Salvatti, que se prontificou a ajudar no que for necessário. O
188 Sr. Egon do MMA informa que há preocupações mundiais com a questão da
189 produção de alimentos, prova disso é a visita que o Brasil está recebendo nesta
190 semana de uma Delegação que integra o Comitê de Meio Ambiente e Assuntos
191 Rurais do Parlamento Britânico, com o foco na questão da produção de alimentos,
192 visando o horizonte de 2030 e 2050. O Presidente Renato Maluf lembra a todos
193 que uma das metas do Consea para o segundo semestre é atualizar o debate
194 sobre a crise internacional, enfatizando de qual sistema alimentar estariam
195 falando. O Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira informa que está em contato com o
196 chefe de Gabinete do Presidente do Senado Michel Temer para articular a
197 audiência com o Presidente Renato Maluf, como parte da mobilização da
198 Campanha da PEC/2003. A Sr^a. Gleyse Peiter informa que sua Instituição
199 começou a divulgar a Campanha, conforme acordado em reunião anterior. A Sr^a.
200 Regina informa que o Consea-RS está com um Grupo de Trabalho empenhado
201 em divulgar a Medida Provisória do PNAE, que realizará uma Audiência pública
202 dia 13 de maio com a presença do Deputado Nazareno que trará o histórico da
203 negociação que tem sido feita para MP. Enfatiza que outra questão que será
204 tratada na Audiência será a regularização do processo de repasse dos recursos
205 do PNAE do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que encontra-se irregular
206 desde outubro. Das 10:00 as 12:30 – Apresentação e discussão da Agenda e
207 Conteúdo da III CNSAN +2: A Sr.^a Carmem Priscila Bocchi fez a apresentação da
208 proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho que foi instituído pela Mesa Diretiva.
209 Documento esse que fora entregue aos membros para que fizessem as
210 discussões prévias nas Reuniões das Comissões. O Presidente Renato Maluf



211 informa que devido ao contingenciamento no orçamento do Consea terá que fazer
212 alguns ajustes no custeio de viagens, de participações e realização de reuniões.
213 Passada a discussão da proposta elaborada pelo grupo, o Presidente Renato
214 Maluf ressalta que teriam duas questões a tratar: o caráter, natureza, conteúdo e
215 preparação da III Conferência + 2 e a outra questão estaria ligada à IV
216 Conferência. A palavra foi dada ao Sr. Francisco Antonio da Fonseca Menezes
217 que informou que em discussão na reunião da CP1 os membros chegaram ao
218 consenso de que não se deve buscar avaliação somente sobre o evento em si, a
219 III Conferência, com tanta diversidade, com tanta força no sentido dos
220 movimentos presentes, mas examinar o processo antes e o processo pós. Seria
221 pensar as Conferências num processo e nas metodologias que se aplicam. O Sr.
222 Antonio Ricardo Domingos da Costa informa que a CP6, ao discutir a proposta
223 questionou: como será feito o critério para participação das pessoas que
224 participam das CPs, mas não são membros do Consea. E que em vez de serem
225 sete participantes por Estado seriam oito, incluindo um indígena por Estado e um
226 de comunidade de povos tradicionais, onde sugere que se faça uma parceria com
227 a Funai e a Funasa para custeio desse indígena. Solicita ainda a mudança na
228 redação da expressão “povos e comunidades tradicionais” para “povos indígenas
229 e comunidades tradicionais”. O Presidente Renato Maluf informa que o GT terá
230 que montar a lista de convidados, mas o Consea não poderá custear, pelo menos
231 com o orçamento do Consea, mas poderia se envolver na busca de recursos
232 alternativos. O Sr. Antônio José da Costa informa que a discussão na CP5 girou
233 em torno do questionamento se a cota mínima seria impeditivo para uma
234 representação maior das populações de comunidades tradicionais. A Sr.^a Regina
235 informa que a CP3 está desenvolvendo um trabalho para consolidar um
236 documento que aponte para os princípios e diretrizes de um plano e de uma
237 política nacional de segurança alimentar e que foi sugerido que este documento
238 seja inserido na programação da Conferência +2 para que se abra um espaço
239 para análise e contribuições desse documento. A Sr.^a Nalva pede para que seja
240 observado a regra de 2/3 de representação no caso das representações
241 estaduais. O Sr. Irio Luiz Conti sugere que no processo de escolha dos
242 representantes se dê preferência as pessoas que tenham engajamento em ações
243 de SAN e que, talvez, tenham participado da III Conferência para não ficar uma
244 coisa muito estática e que a programação geral contemple melhor a questão de
245 pensarmos no processo preparatório como processo de mobilização social e em
246 torno da construção do sistema. A Sr.^a Ana Lúcia Pereira coloca a importância
247 desse documento ser apreciado na Comissão de Presidentes dos Conseas
248 Estaduais por conta da necessidade de fazer uma capacitação com esses
249 representantes que virão dos Estados, inclusive os povos indígenas e
250 comunidades tradicionais. A Sr.^a Marília Leão informa que a CP1 sugere que,
251 quanto aos povos e comunidades tradicionais, faça constar que os critérios sejam
252 aqueles pactuados e definidos no relatório da III Conferência. Dentre os objetivos,
253 colocaram mais um, que seria realizar o mapeamento sobre a situação dos



254 CONSEAs Estaduais e Municipais por meio de um roteiro a ser previamente
255 enviado. E que é preciso considerar que os Encontros Regionais já tenham uma
256 pauta prévia para que não se perca as especificidades regionais já planejadas
257 para os Encontros. Ainda que, se os Encontros Estaduais não puderem
258 acontecer, aconteçam reuniões ampliadas, conforme proposto pelo Presidente
259 Renato Maluf. Explica que a Comissão chegou a uma reflexão básica de que o
260 Consea não pode fazer uma Conferência porque está marcada, pois na realidade
261 é preciso fazer um esforço grande preparatório e esse Encontro deveria ser
262 encarado como uma espécie de Pré-Conferência Nacional. A Sr.^a Christiane
263 Gasparini Costa questiona como fazer com os Estados onde os CONSEAs
264 Estaduais inexistem ou desconhecem o Movimento Nacional, citando o caso de
265 São Paulo. O que prejudicaria a Conferência com a participação dos
266 representantes desses Estados. A Sr.^a Maria Emília Pacheco enfatiza a
267 importância de se pensar onde estão os campos prioritários da política e, dentre
268 outros critérios, a intersectorialidade, observando onde estão os programas
269 estratégicos como método a ser trabalhado na Conferência. O Presidente Renato
270 Maluf contextualizou que o processo de preparação da Conferência deveria ser
271 uma mobilização para construção do sistema. O Sr. Carlos Eduardo Leite ressalta
272 a necessidade de exercitarem no processo de construção Conferência + 2 a
273 própria existência do sistema. Sugere a participação do Sr. Miguel, Presidente da
274 Comissão de Presidentes Estaduais, na Comissão de elaboração da proposta de
275 programação da Conferência +2 como forma de ir exercitando o sistema, inclusive
276 no processo preparatório. Defende trabalharem um único documento, que seria o
277 documento orientador da Conferência, sendo os demais apenas subsídios.
278 Enfatiza ainda que na Conferência + 2 têm que fazer um debate político do
279 modelo de desenvolvimento que leva soberania à segurança alimentar no Brasil.
280 A Sr.^a Sílvia do Amaral do Rigon enfatiza a importância da questão indígena,
281 conforme levantado pelo Sr. Dourado. A Sr.^a Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
282 reiterou a necessidade da criação de uma instância de mobilização social que
283 ultrapasse os CONSEAs. A Sr.^a Mirlane informa que em reunião da Comissão de
284 Presidentes dos Conseas foi elaborado um Ofício orientador para ser enviado a
285 todos os CONSEAs Estaduais, usando a estratégia de pedir indicação de nomes
286 para composição da comissão organizadora e falando sobre o processo
287 preparatório para a Conferência + 2, inclusive, aos Estados que estão com os
288 seus Conseas desmobilizados, como tentativa de mobilização dos mesmos. O
289 Ofício ainda não fora enviado porque aguarda a chancela da Plenária em relação
290 à metodologia da Conferência. O Sr. Crispim Moreira enfatiza que é prioritário
291 elegerem as rupturas que o Consea quer fazer fortemente. Propõe incluir nos
292 objetivos um objetivo da política pedagógica. A Sr.^a Nathalie Beghin pondera que
293 mudar a programação da Conferência em torno do subsistema de monitoramento
294 e avaliação seria temerário, pois o que está em processo de amadurecimento,
295 tanto em âmbito Nacional, como nos Estados e Municípios é a discussão do
296 sistema e da política. Propõe pensarem, quando da formatação da agenda, uma



297 apresentação do GT que vai atualizar o relatório sobre o direito humano e
298 alimentação para começar a provocar uma discussão para 2011. O Presidente
299 Renato concorda que é possível trabalhar as duas coisas separadamente. Por
300 não ter havido consenso sobre a questão da composição das delegações
301 estaduais passou-se a votação, sendo deferida a composição de quatro
302 representantes da Sociedade Civil e dois representantes do Governo com 11
303 votos favoráveis, 4 contra e 4 abstenções. Outra questão colocada para consenso
304 dos Conselheiros foi sobre a forma de representação dos Estados que não têm
305 Conseas mobilizados, ou até mesmo não estão sequer formalizados. Após
306 pequena discussão concluiu-se que onde não tiver CONSEA Estadual
307 regulamentado não terá representação estadual, pois não existirá instância
308 legítima para fazer a indicação, possibilitando assim que a Conferência + 2 seja
309 mais um instrumento de pressão para que o CONSEA passe a existir. Quanto à
310 questão da Comissão Organizadora da Conferência +2 fica estabelecido a
311 incorporação do Sr. Miguel como representação estadual aos demais
312 componentes do Grupo, conforme solicitação na Plenária, e essa Comissão terá a
313 sua consolidação chancelada pela Mesa Diretiva. Encerrado o assunto, passou-
314 se ao Intervalo para almoço das 12:30 às 14:00. Dando início aos trabalhos na
315 parte da tarde, o ponto de pauta a ser tratado foi 5. Das 14:00 às 15:15 –
316 Apresentação das Comissões Permanentes; E a primeira a ser apresentada foi: 1)
317 Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan – A
318 Conselheira Marília Leão informou que a Comissão apreciou a proposta de
319 organização da III CNSAN+2. E por solicitação de membros do CONSEA, no dia
320 15 de junho/2009 haverá reunião do GT Monitoramento. A Comissão apresentará
321 o documento do SISAN na próxima Plenária e dará segmento ao trabalho do
322 Monitoramento. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional
323 nas Estratégias de Desenvolvimento – A Conselheira Maria Emília Pacheco
324 informou que a CP2 debateu a Agenda Internacional, e sugeriu que no 21 de maio
325 seja realizada uma reunião para tratar desse assunto e discutir as prioridades do
326 Grupo de Trabalho da Comissão Internacional. Propôs que o CONSEA, na
327 Plenária de agosto, se manifeste a respeito da COP15, que vai tratar do Protocolo
328 de Kyoto - Mudanças Climáticas. Solicitou ao Presidente do CONSEA que
329 encaminhe ao Governo uma solicitação para representação deste Conselho na
330 Delegação Brasileira para a COP15. Disse que a Comissão tratou de uma
331 Exposição de Motivos (lida em Plenário), sobre substâncias químicas e
332 agrotóxicas, com o objetivo de influenciar o Governo Brasileiro para defender uma
333 proposta sobre o tema, em reunião internacional a ser realizada em maio deste
334 ano. O Senhor Celso Marcatto, da Action AID, deu explicações a respeito das
335 substâncias referidas acima. A Senhora Ana Beatriz Pinto de Almeida
336 Vasconcellos, do Ministério da Saúde, propôs constar no documento solicitação
337 de controle de concessão da entrada de agrotóxicos no Brasil. A proposta do
338 documento foi acatada pelo Plenário. 3) Comissão Permanente 3 - Política e
339 Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – A Conselheira Regina da



340 Silva Miranda informou que a CP3 continua trabalhando no desenvolvimento da
341 metodologia de construção de uma proposta de Política e Plano Nacional de
342 Segurança Alimentar, de acordo com as diretrizes e prioridades elencadas na III
343 Conferência, que deverá ser apresentado à Comissões, em junho/2009, e ao
344 CONSEA, na Plenária de agosto/2009. O Conselheiro Carlos Eduardo O. de
345 Souza Leite falou sobre a atuação do Grupo de Trabalho Abastecimento, dizendo
346 que foi definido como metodologia de trabalho do GT: i) Análise e atualização da
347 Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA); 2) Monitoramento das
348 ações e programas que incidem sobre a PNAA. Falou da elaboração de uma
349 Exposição de Motivos sobre questões consideradas cruciais para a construção da
350 Política Nacional de Abastecimento Alimentar. A Comissão avaliou a participação
351 do CONSEA no GT constituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da
352 Educação, e solicitou ao CONSEA que formalizasse pedido ao Fundo que envie a
353 este Conselho versão final no Cae. São pautas da Comissão o Plano Nacional
354 das Cadeias Produtivas do Sociobiodiversidade e o Plano de Safra. O
355 Conselheiro Carlos Eduardo Leite fez a leitura da Exposição de Motivos, e propôs
356 ao Grupo Gestor do PAA discussão sobre o monitoramento do processo da
357 Política. Seguiu-se debate sobre o tema acima. A Senhora Maria Luiza disse que
358 o Programa Nacional de Alimentação Escolar organizou um GT, que realizou
359 várias reuniões com entidades representativas do Governo Federal, dentre eles o
360 Ministério do Desenvolvimento Agrário e o CONSEA, e entidades representativas
361 da Agricultura Familiar. A partir dessas reuniões foi feita uma proposta, e
362 encaminhada ao Jurídico do FNDE. A proposta foi lida em Plenário. O Senhor
363 Arnoldo argumentou a cerca do assunto em tela e disse que o texto apresentado
364 (Exposição de Motivos) distorce a realidade do que se pretende realmente. Outros
365 Conselheiros se manifestaram, fazendo questionamentos e esclarecimentos
366 sobre o tema. Seguiram-se então os encaminhamentos a respeito do tema em
367 tela, sendo que Renato Maluf declarou não se sentir suficientemente esclarecido
368 quanto ao conteúdo da Exposição de Motivos. Aconteceram duas votações
369 preliminares: i) Foi questionado se os Conselheiros se sentiam em condições de
370 votar: 14 Conselheiros disseram estar em condições de votar e 12 Conselheiros
371 disseram não se sentir em condições de votar; ii) A segunda votação foi para
372 saber quem aprovaria a votação da Exposição de Motivos: 16 Conselheiros foram
373 favoráveis a votação do texto e 7 contrários à votação. Interrompeu-se o processo
374 de votação, e a Conselheira Regina da Silva Miranda se manifestou relatando o
375 cronograma das tarefas do GT e argumentando que os trabalhos foram
376 acelerados e as reuniões marcadas muito próximas umas das outras, o que
377 prejudicou o comparecimento dos representantes do CONSEA às reuniões,
378 apesar de todos os esforços feitos pelos representantes do CONSEA no Grupo de
379 Trabalho. A Exposição de Motivos foi aprovada com 20 votos favoráveis, 1 voto
380 contrário e 7 abstenções. 4) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à
381 Alimentação Adequada – A Conselheira Elisabetta Recine informou que CP4
382 retomou o tema Estratégia Saúde da Família, e que, de análises anteriores, a



383 Comissão extraiu sobre o tema uma série de recomendações que foram enviadas
384 ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, para que fizessem
385 uma atualização da situação da Estratégia em relação a essas recomendações, e
386 que uma representante do DAB informou que o documento com as
387 recomendações está sendo analisado pelo CONASS - Conselho Nacional de
388 Secretários Estaduais de Saúde e pelo CONASEMS - Conselho Nacional de
389 Secretários Municipais de Saúde, e a previsão é que em poucos meses será
390 retirado um relatório oficial a ser apresentado ao CONSEA. Quanto ao Bolsa
391 Família, o Ministério do Desenvolvimento Social enviou à Comissão respostas
392 sobre a atualização das recomendações feitas ao Programa, e que a partir daí, a
393 Comissão começou a elaborar um relatório interno sobre o tema. Os diferentes
394 setores do Ministério serão convidados para uma discussão mais ampla sobre o
395 relatório final da CP4, que será disponibilizado ao CONSEA. Quanto à
396 metodologia de análise das Políticas Públicas na Perspectiva dos Direitos
397 Humanos, está sendo concluída a revisão pela Comissão, e será solicitado à
398 Secretaria do CONSEA que disponibilize para todos os Conselheiros, em um
399 prazo de até 25 dias antes da próxima Plenária e solicitou às demais Comissões
400 que analisem o tema durante a Plenária do mês de junho. Foi suspensa a
401 apresentação das Comissões para tratar do item 6. Das 15:15 às 18:00 –
402 Apresentação e discussão do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 e do
403 Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade. O Ministro
404 Guilherme Cassel passou a compor a Mesa. Passou-se imediatamente à
405 discussão do item 6.2 Apresentação do Plano Safra. Após cumprimentar os
406 presentes, o Ministro Guilherme Cassel disse que a intenção de sua participação
407 nesta Plenária é buscar sugestões para a construção do Plano Safra 2009/2010.
408 O Ministro fez uma pequena exposição do Plano desde sua origem. Disse que o
409 desafio do Plano é a construção de medidas que dialoguem com a conjuntura
410 nacional e internacional, com os desafios gerais da agricultura e do mercado e
411 também com as necessidades objetivas dos agricultores. Falou da crise mundial,
412 considerando que a mesma tem proporções extraordinárias, e que mais do que
413 uma crise financeira e econômica, ela é uma crise de modelo. E com essa crise, a
414 área rural ganhará importância. Mencionou três agendas prioritárias a serem
415 discutidas no mundo contemporâneo: i) Ambiental - preservação e
416 desenvolvimento sustentável e aquecimento global; ii) Segurança Alimentar - de
417 acordo com dados da FAO, o mundo tem 1 bilhão de pessoas que passam fome;
418 iii) Construção de uma matriz energética que substitua a matriz petróleo e
419 combustíveis fósseis e que não reproduza as desigualdades e nem as relações
420 de poder e que seja ambientalmente sustentável. O Ministro falou do
421 desenvolvimento das políticas, dizendo que no primeiro mandato do Presidente
422 Lula, foram construídas políticas públicas que deram sustentação, segurança e
423 estabilidade para a área agrária. E agora para o segundo mandato do Presidente,
424 o desafio é a construção das políticas públicas de segunda geração (políticas
425 mais elaboradas e que trabalham com articulação nos diversos setores do MDA e



426 entre Ministérios). A preocupação agora é saber qual é o conteúdo do Plano Safra
427 2009/2010, e considerou a Merenda Escolar um item importante para ser tratado
428 no Plano. Segundo o Ministro, o Plano Safra tem que ser elaborado de forma que
429 a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária tenham condições de responder às
430 exigências do mercado, com qualidade e permanência, e que o grande desafio
431 hoje da Agricultura Familiar é a garantia de renda e preços. A expectativa do MDA
432 é construir diretrizes para que nos próximos 60 dias se construa um Plano Safra
433 que contemple todas as expectativas de todos os setores da sociedade,
434 possibilitando que cada vez mais gente tenha direito a terra, a crédito, a
435 assistência técnica e renda. Após a fala do Ministro, a Plenária se manifestou e
436 falou das suas pautas e deu sugestões para o Plano Safra 2009/2010. Em
437 seguida, o Ministro concluiu sua fala dizendo que tem muita dificuldade em
438 trabalhar uma política para a Agricultura Familiar a partir de uma espécie auto-
439 vitimização. A agricultura familiar é um setor econômico que representa hoje mais
440 de 10% do Produto Interno Bruto do Brasil. Disse que em seis anos, o Governo
441 Federal estimulou e apoiou a agricultura empresarial e a agricultura familiar; e as
442 duas deram respostas muito positivas na produtividade. O tema da Segurança
443 Alimentar é fundamentalmente ligado à Agricultura Familiar. Quanto à
444 regularização fundiária para os quilombolas, disse existe uma insegurança jurídica
445 enorme, mas considera que não é um problema a ser enfrentado no âmbito do
446 Plano Safra. Considerou como centros do Plano Safra o Preço Mínimo e a
447 produção e abastecimento de alimentos. Disse que será um grande avanço
448 conseguir, com uma política de preços, abastecimento, e de mercado
449 institucional, gerar circuitos regionais de produção e consumo. Quanto aos
450 assentamentos, considerou que nos primeiros anos de assentamento houve uma
451 grande ampliação do orçamento da Reforma Agrária, e disse não ser mais
452 razoável ter uma relação paternalista com o assentado. Finalizou sua fala dizendo
453 que ter estruturas públicas capazes de fazer políticas públicas é fundamental. 4.4
454 Debates e Encaminhamentos – Os Conselheiros enviarão sugestões aos
455 responsáveis de elaborar o Plano Safra. Essa primeira formatação será devolvida
456 ao CONSEA, que analisará o texto. Retomou-se o ponto de pauta anterior com a
457 apresentação do item 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras
458 e Povos e Comunidades Tradicionais – O Conselheiro Antônio José da Costa
459 informou que a CP5 discutiu a realização de seminários estaduais e nacional de
460 povos e comunidades tradicionais, e a partir desses seminários será produzido
461 um documento sobre o tema. Informou que a Comissão analisou a realização dos
462 seminários; o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Brasil
463 Quilombola; a 2ª CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade
464 Racial e outros temas correlatos à Comissão. Disse que o Subsecretário da
465 CEPIR, Alex Reis, integrará a CP5. Serão enviados aos Conselheiros os temas a
466 serem tratados nos seminários. 6) Comissão Permanente 6 - Segurança
467 Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – A Conselheira Aldenora Pereira da
468 Silva informou que a CP6 analisou o documento da III Conferência +2 e



469 vislumbrou a possibilidade de aumentar para oito a cota de representantes
470 estaduais, garantindo assim a representação indígena de cada Estado. E
471 considerou que três seminários não seriam suficientes para discutir os temas
472 pautados pela CP5. Disse que a Comissão vai sistematizar o documento da III
473 Conferência. Na próxima reunião da CP6, que será realizada juntamente com a
474 CP5, discutirão o modelo de gestão, promoção e consolidação de políticas
475 públicas, desenvolvimento e atividades produtivas dos povos indígenas e
476 comunidades tradicionais. Na próxima reunião, a FUNASA participará e falará
477 sobre o SISVAN Indígena. O Ministério do Meio Ambiente garantiu que a partir da
478 Plenária de junho, os três representantes indígenas das Regiões Sul, Sudeste e
479 Centro-Oeste participarão das reuniões da Comissão. O MDA vai realizar um
480 seminário para indígenas sobre PAA e o Programa de Acesso à Água, de 22 a 24
481 de maio/2009. Renato Maluf sugeriu à Plenária que deixasse para a Mesa Diretiva
482 analisar a proposta da CP2 de mudança de agenda sobre Mudanças Climáticas.
483 18:00 – Encerramento - Não havendo mais tempo hábil, os demais itens foram
484 retirados de pauta, e Renato Maluf deu por encerrada a reunião
485
486

487 **LISTA DE PRESEÇA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA**
488 **DATA: 29 de abril de 2009**

489
490 **SOCIEDADE CIVIL**

491 Aldenora Pereira da Silva
492 Ana Lúcia Pereira
493 Antonio José da Costa
494 Antonio Ricardo Domingos da Costa
495 Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
496 Daniela Sanches Frozi
497 Elza Maria Franco Braga
498 Francisco Antonio da Fonseca Menezes
499 Gleyse Maria Couto Peiter
500 Irio Luiz Conti
501 Luciene Burlandy Campos de Alcântara
502 Luis Silva
503 Maria Emilia Pacheco
504 Marília Leão
505 Naidison de Quintelle Baptista
506 Nelito Nonato
507 Regina da Silva Miranda
508 Regina Maria de Vasconcellos Carvalhães de Oliveira
509 Renato Sérgio Jamil Maluf
510 Sílvia do Amaral do Rigon
511 Sônia Lúcia Lucena Souza de Andrade



- 512 Suzana Costa Coutinho
513 Ubiraci Dantas de Oliveira
514 Vígínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

515

516 **SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL**

- 517 Carla Bencke
518 Chistiane Gasparini Araújo Costa
519 Edélcio Vigna
520 Elisabeta Recine
521 Lucélia Silva Costa

522

523 **REPRESENTANTES DOS MINISTROS**

- 524 Crispim Moreira – Ministério do Desenvolvimento Social Combate à fome
525 Milton Rondó Filho – Ministério das Relações Exteriores

526

527 **OBSERVADORES**

- 528 José Tubino – FAO
529 Carlos Américo Basco – IICA
530 Celso Marcatto – Action Aid
531 Nathalie Beghin – Oxfan
532 Olga Matos – Heifer
533 Rosângela Silva - Itaipu Binacioanal
534 Davi D.
535 Inês Bettori
536 Raimundo B.
537 ?

538 **CONVIDADOS**

- 539 Iara Monteiro
540 Marco Aurélio Loureiro
541 Monica Cristina de Souza
542 Silvio Porto
543 Telma Castello Branco
544 Valdenel M. de Aragão
545 Fabrício Santos Barbacena – SESAN/MDS
546 Michelle Cristina S. D. Costa – SEAP/PR
547 Célia Varela Bezerra – FIAN Brasil
548 Marcelo M. – SESAN/MDS
549 Roberta Ribeiro – SESAN/MDS
550 Juliana V. L. Lins – SEADES/AL
551 Ana Paula Q. M. Ferreira
552 Letícia K. Mendonça – AIPC/MDA
553 Rosa Maria M. Silva Barbosa
554 ?